

VOTO

O SENHOR MINISTRO **CRISTIANO ZANIN** (VOGAL): Trata-se de Ações Diretas de Inconstitucionalidade movidas pela Associação Nacional dos Servidores da Secretaria da Receita Previdenciária – UNASLAF (ADI 4151), pela Procuradoria-Geral da República - PGR (ADI 4616) e pelo Presidente da República (ADI 6966), em face da Medida Provisória 1.915/1999, e das leis 10.593/2002 e 11.457/2007, particularmente na parte em que transformam o cargo de “Técnico do Tesouro Nacional” em “Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria” (MP 1.915/1999 e lei 10.593/2002) e, posteriormente, este no cargo de “Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil”.

Na ADI 4151, sustenta-se que o art. 10, II da Lei 11.457/2007 transformou em cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil os cargos efetivos, ocupados e vagos, de Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria da Receita Federal, deixando de estender semelhante tratamento aos cargos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária, referenciados no art. 12 da mesma Lei, os quais seriam “análogos e de funções idênticas” àqueles. Diz a autora:

“Em suma, violou-se a isonomia na medida em que a Lei 11.457/2007 aglutinou as atribuições da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária e seu artigo 10, transformou os auditores do INSS em auditores da RFB e os técnicos da Receita Federal em analistas-tributários da RFB, mas se omitiu em relação aos cargos técnicos de mesma função e atribuições do INSS”.

Pede-se que “os servidores egressos da Secretaria da Receita Previdenciária do INSS sejam inseridos na única e existente carreira específica da Receita Federal do Brasil”.

Registro que a ADI 4151 foi ajuizada em 26/09/2008, antes da conversão da MP 441/2008 na Lei 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, cujo art. 257 estendeu a previsão do art. 10, II da Lei 11.457/2007 aos servidores oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária do INSS referido no art. 12 da mesma Lei. **Referido artigo 257, contudo, fora vetado pelo Presidente da República, assim permanecendo até 29/4/2021, quando o**

Congresso Nacional finalmente apreciou e derrubou o veto.

Disso resultou, em agosto de 2021, a propositura da ADI 6966 pelo Presidente da República, postulando a inconstitucionalidade do referido art. 257 da Lei 11.907/2009, fruto da conversão da MP 441/2008, que estendeu a transformação, em Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, aos “cargos efetivos, ocupados e vagos, dos servidores de que trata o art. 12 desta Lei redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil até a data da publicação da Medida Provisória nº 440, de 29 de agosto de 2008”. Os servidores de que trata o referido art. 12 são oriundos de diversas carreiras da Secretaria da Receita Previdenciária.

Já a ADI 4616, ajuizada pela PGR, conforme destaca o relator, “suscita a inconstitucionalidade (a) da expressão ‘ocupados e’, constante do mesmo inciso II do Art. 10 da Lei 11.457/2007, bem como o § 3º do referido artigo; (b) da expressão ‘e de Técnico do Tesouro Nacional’, contida no art. 17 da Lei 10.593/2002, assim como do anexo VI da mesma lei; (c) da expressão ‘e de Técnico do Tesouro Nacional’, constante do art. 9º da Medida Provisória 1.915/1999, bem como das disposições similares constantes de suas posteriores reedições; e (d) do Anexo VI da referida medida provisória e das suas posteriores reedições”.

Questiona a PGR, sobretudo, a **transposição** do cargo de Técnico do Tesouro Nacional para o cargo de Técnico da Receita Federal, bem como a **transformação** dos cargos ocupados de Técnico da Receita Federal da Carreira Auditoria em cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

O Ministro Relator deferiu medida cautelar na ADI 6966 para suspender essa extensão da transformação de cargos promovida pelo inciso II do artigo 10 da Lei nº 11.457/2007, com redação dada pelo artigo 257 da Lei nº 11.907/2009, com efeito *ex nunc*, tendo posteriormente reputado válida a extensão apenas quanto ao cargo de Analistas Previdenciários, em razão da similitude de atribuições e do nível de escolaridade.

No julgamento virtual iniciado em 19/5/2023, o Ministro Relator votou por reconhecer a inconstitucionalidade da transposição do cargo de Técnico do Tesouro Nacional para o de Técnico da Receita Federal (art. 9º

da MP 1.915/1999 e art. 17 da Lei 10.593/2002), julgando, portanto, **parcialmente procedente a ADI 4616**, modulando-se os efeitos da decisão nos termos enunciados no dispositivo proposto. Julgou, também, **parcialmente procedente o pedido formulado na ADI 4151**, em que a associação autora questionava violação da isonomia pela não-transformação dos servidores egressos da Secretaria da Receita Previdenciária em Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, tão somente para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 10, II da Lei 11.457/2007, de maneira a abranger na referida transformação o cargo de Analista Previdenciário. Por fim, **julgou procedente a ADI 6966** na qual o Presidente da República pediu a inconstitucionalidade da extensão da referida transformação aos cargos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária, ressalvado o cargo de Analista Previdenciário, conforme a cautelar antes concedida no mesmo processo e o provimento parcial na ADI 4151.

Retomado o julgamento na sessão virtual de 29/09/2023, o Ministro Dias Toffoli apresentou voto-vista para (i) acompanhar o Relator quanto à parcial procedência da ADI 4151 no sentido de conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 10, inciso II, da Lei 11.457/2007, de maneira a incluir em seus preceitos e efeitos o cargo de Analista Previdenciário” e pela procedência da ADI 6966; (ii) divergir parcialmente do Relator quanto à ADI 4616 para julgá-la totalmente improcedente.

É o relatório. Decido.

No que diz respeito à ADI 4616, **divirjo em parte do Ministro Relator e acompanho a divergência inaugurada pelo Ministro Dias Toffoli.**

Conforme observou o Ministro Gilmar Mendes em seu voto, no que tange à **transformação** dos cargos de Técnico da Receita Federal em cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, não há “diferenças substanciais entre as atribuições dos cargos que se sucederam normativamente [sendo que] ao tempo da transformação levada a cabo pelo inciso II do art. 10 da Lei 11.457 /2007, os Técnicos da Receita Federal já ostentavam a escolaridade de nível superior, exigida desde 1999 por força do art. 5º da MP 1.915/99”. Tampouco há qualquer questão referente

à compatibilidade de remunerações, uma vez que o cargo de Analista-Tributário não existia antes da transformação. Desta forma, é improcedente, no ponto, o pedido formulado na ADI 4616.

Já quanto à **transposição** do cargo de Técnico do Tesouro Nacional para o cargo de Técnico da Receita Federal, o Ministro Relator aduz que, por terem sido os ocupantes do primeiro cargo (que exigia apenas o nível médio) alçados a cargo de nível superior (Técnico da Receita Federal), a norma seria ofensiva às regras constitucionais de acesso a cargos públicos.

Verifico que o cargo de Técnico do Tesouro Nacional foi criado pelo Decreto-Lei 2.225/85 tendo como requisito para ingresso o nível médio de escolaridade (arts. 1º e 3º).

Verifico, ademais, que foi a própria MP 1915/99 que, ao tempo em que alterou a denominação da carreira de Técnico do Tesouro Nacional para Técnico da Receita Federal (art. 2º, parágrafo único), passou a exigir nível superior de escolaridade para o cargo (art. 5º).

Eis o teor dos dispositivos:

“Art. 2º A Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 2.225, de 1985, passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto neste artigo, os cargos de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional e de Técnico do Tesouro Nacional passam a denominar-se, respectivamente, Auditor-Fiscal da Receita Federal e Técnico da Receita Federal.

Art. 5º O ingresso nos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Técnico da Receita Federal far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas, exigindo-se curso superior, ou equivalente, concluído, observados os requisitos fixados na legislação pertinente”.

Percebe-se que, salvo melhor juízo, apesar do artigo 9º da MP 1915/99 mencionar a “transposição” dos cargos de Técnico do Tesouro Nacional, não se há que falar, tecnicamente, em transposição, mas simplesmente na alteração do requisito de escolaridade de uma carreira

que teve sua denominação alterada no mesmo ato. Ressalte-se que os mencionados cargos, apesar da denominação, sempre estiveram vinculados à Secretaria da Receita Federal (art. 1º do Decreto-Lei nº 2.225, de 1985), e não propriamente à Secretaria do Tesouro Nacional (criada posteriormente, pelo Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986).

Sobre a possibilidade de que sobrevenha lei alterando as exigências de escolaridade para provimento de cargos, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que não configura provimento derivado de cargo público, desde que mantidas as atribuições originais.

Neste sentido, cite-se o julgamento da ADI 4303, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe 28/8/2014, de cujo voto condutor se colhe o seguinte:

“Com a edição da lei complementar ora questionada, ‘pass[ou]-se a exigir, entre os requisitos estabelecidos nas instruções especiais que regerão os novos concursos de ingresso para os cargos de Auxiliares Técnicos e Assistentes em Administração Judiciária, diploma de nível superior, obtido em curso reconhecido pelo Ministério da Educação’ (art. 1º, § 2º, da Lei Complementar potiguar n. 372/2008).

[...]

Nesse sentido, não merece acolhida o argumento de que houve ‘provimento derivado de cargo público’, por não ter a lei complementar atacada criado novos cargos ou transformado os já existentes.

Mantidas as atribuições e a denominação dos cargos de auxiliar técnico e assistente em administração judiciária, a lei complementar potiguar não contrariou o art. 37, inc. II, da Constituição da República, pois sua edição não provocou novo enquadramento, transposição ou transformação dos cargos em questão, tampouco neles houve nova investidura”.

No mesmo sentido, no julgamento do ARE 1414633 ED-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe 3/5/2023, no âmbito da Primeira Turma, o relator consignou que “a decisão proferida pelo Tribunal de origem se alinha ao fixado na Súmula 685/STF, uma vez que restou consignado que “a alteração da escolaridade como exigência para ingresso na carreira de Técnico do Tesouro do Estado não a transformará em ‘carreira de nível

superior', o cargo permanece o mesmo alterando apenas o nível de conhecimento exigido para o ingresso que passa a ser mais elevado, qualificando, dessa forma, o quadro de servidores da Secretaria da Fazenda".

Ademais, em recente julgamento da ADI 4214/TO, o Plenário desta Corte assim decidiu:

"EMENTA Ação direta de inconstitucionalidade. Expressão 'Agente de Fiscalização e Arrecadação – AFA' contida no art. 37, caput, da Lei nº 1.609 do Estado do Tocantins, de 23 de setembro de 2005, bem como no art. 38, inciso I, e no art. 3º, inciso I e parágrafo único, do referido diploma legal. Unificação e extinção de cargos. Criação de cargo único e nova carreira. Reestruturação administrativa. Enquadramento de servidores dos cargos extintos no único cargo da carreira recém-criada. Preenchimento dos requisitos estabelecidos pela jurisprudência da Corte. Ofensa ao postulado do concurso público. Não verificada. Improcedência do pedido.

1. No caso em apreço, está-se diante de hipótese de unificação e extinção de cargos que compunham uma mesma carreira e concomitante criação de uma nova, com o reposicionamento de todos os servidores então integrantes dos cargos extintos, incluindo os 'Agentes de Fiscalização e Arrecadação – AFA'.

2. **O Supremo Tribunal Federal Tribunal tem reconhecido a constitucionalidade da norma legal que, no contexto de reestruturação administrativa, promove o enquadramento de servidores ocupantes de cargos extintos em carreiras distintas quando há (i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aqueles nos quais serão os servidores enquadrados; (ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso no cargo público; e (iii) identidade remuneratória entre os cargos criados e aqueles extintos (v.g., ADI nº 5.406, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, DJe de 26/6/20).**

3. In casu, a comparação das atribuições dos cargos extintos com as do que foi criado pela norma impugnada não evidencia significativas disparidades a ponto de inviabilizar o enquadramento dos antigos servidores, inclusive dos agentes de fiscalização e arrecadação - AFA, na nova carreira. Isso porque **os agentes de fiscalização e arrecadação e os auditores**

de renda sempre integraram a mesma carreira, tendo ambos os cargos atribuições correlatas e interdependentes, que sempre guardaram entre si muita semelhança, estando intrinsecamente relacionadas com a atividade final de fiscalização tributária, motivo pelo qual acabaram absorvidas pelo cargo recém-criado de auditor fiscal da Receita Estadual, o qual compõe a nova carreira unificada de Auditor Fiscal da Receita Estadual.

4. Além da equivalência de atribuições, também se verifica identidade relativamente ao grau de escolaridade exigido para ingresso na carreira. A respeito, reitere-se que foi a Lei nº 1.208, de 21 de fevereiro de 2001, que passou a prever, como requisito de ingresso em todos os cargos do Quadro de Pessoal do Fisco da Secretaria Estadual, a necessidade de título de bacharel em Economia, Ciências Contábeis, Direito, Administração Pública ou de Empresas, sendo que a lei ora contestada tão somente manteve essa previsão.

5. A nova carreira foi organizada, a princípio, em três classes hierarquizadas segundo o grau de complexidade e responsabilidade das funções e, só após alteração legislativa ocorrida em 2007, passou a contar com quatro classes. No que importa especificamente à impugnação deduzida, verifica-se que a Classe II, Padrão I, parece ter sido mantido o nível de retribuição pecuniária da antiga carreira de agente de fiscalização e arrecadação ora em questão.

6. A reestruturação de carreiras tem sido feita com muita frequência no âmbito da Administração Pública em todos os níveis de governo. E não poderia ser diferente, sob pena de a Administração ficar impedida de se modernizar e de racionalizar os seus quadros funcionais em atenção às necessidades sempre cambiantes do serviço público e ao comando constitucional da eficiência administrativa.

7. Pedido julgado improcedente” (ADI 4214, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 13/4/2023, DJe 1/6/2023).

É pertinente registrar o seguinte excerto do voto condutor, da lavra do Ministro Dias Toffoli:

“[...] o Supremo Tribunal Federal tem sido cauteloso no exame da constitucionalidade de normas que, no contexto de reestruturação administrativa, promovam a unificação de

cargos públicos e, por via de consequência, o enquadramento em nova carreira de servidores ocupantes de cargos extintos. Em casos tais, o Tribunal tem admitido, excepcionalmente, o enquadramento de servidores cujos cargos foram extintos em carreira diversa, sob pena de se

‘levar ao paroxismo o princípio do concurso para acesso aos cargos públicos, a ponto de que uma reestruturação convergente de carreiras similares venha a cobrar (em custos e descontinuidade) o preço da extinção de todos os antigos cargos, com a disponibilidade de cada um dos ocupantes seguida da abertura de processo seletivo ou, então, do aproveitamento dos disponíveis’ (ADI nº 1591, Rel. Min. Octavio Gallotti, Tribunal Pleno, DJ de 30/6/00).

Nessa esteira, saliento que, nas situações em que se constata da evolução legislativa a gradativa aproximação das carreiras, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido o enquadramento dos servidores ocupantes dos cargos extintos em carreiras distintas quando presentes, necessariamente, os seguintes requisitos: (i) uniformidade de atribuições entre os cargos extintos e aqueles nos quais serão enquadrados os servidores; (ii) identidade dos requisitos de escolaridade para ingresso em tais cargos públicos; e, por fim, (iii) identidade remuneratória entre os cargos criados e aqueles extintos” (v.g., ADI nº 5.406, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, DJe de 26/6/20).

Quanto à uniformidade de atribuições entre os cargos em tela, muito embora afirme o proponente da presente ação direta que “não há dúvidas de que elas [atividades exercidas por um Técnico do Tesouro Nacional] são menos complexas do que aquelas desempenhadas por um técnico da Receita Federal, haja vista que, para a investidura [...] passou a exigir nível de escolaridade superior” (doc. eletrônico 0, p. 5), verifico não haver nos autos nada que permita inferir que as atribuições do cargo de Técnico da Receita Federal fossem substancialmente diversas ou mais complexas do que aquelas até então exercidas pelos Técnicos do Tesouro Nacional.

Ao contrário, a Nota RFB/Asesp/nº 21/2011 demonstra que “os ocupantes do cargo de Técnico do Tesouro Nacional **já exerciam, antes da Medida Provisória nº 1.915, de 1999, atividades em todas as áreas da Secretaria, inclusive nas áreas finalísticas, como, por exemplo, na**

fiscalização, arrecadação, tributação e aduaneira, bem assim já examinava processos e prestava atendimento ao público, **sem inovação substancial no campo de atribuições**” (doc. eletrônico 36, p. 22).

Em que pese a relação dos cargos de Técnico do Tesouro Nacional (TTN) e Técnico da Receita Federal (TRF) **não se trate de unificação de carreiras propriamente dita**, infere-se dos julgados mencionados acima que: (i) havendo uniformidade de atribuições entre o cargo extinto (TTN) e aquele no qual foram enquadrados os servidores (TRF); (ii) havendo identidade remuneratória entre o cargo criado e o extinto (pois, repita-se, não há unificação: trata-se do mesmo cargo sob distinta nomenclatura); e (iii) não havendo restrição constitucional para que se alterem os requisitos de escolaridade de cargo público, desde que mantidas as atribuições, **deve-se considerar regular a “transposição” do cargo de Técnico do Tesouro Nacional para o cargo de Técnico da Receita Federal empreendida pela MP 1.915/99, a fim de evitar “levar ao paroxismo o princípio do concurso para acesso aos cargos públicos”,** possibilitando à administração pública a flexibilidade necessária para modernizar e atualizar seus quadros funcionais.

Assim, peço vênias ao Ministro Relator para julgar **totalmente improcedente** a ADI 4616, nos moldes propostos pelo Ministro Dias Toffoli.

Entendo, de outro lado, que as ADI 6966 e 4151 devem ser apreciadas em conjunto.

Conforme relatado, na ADI 6966, ajuizada em 2021, **o Presidente da República postula a inconstitucionalidade do artigo 257 da Lei nº 11.907/2009, que estendeu a transformação de cargos promovida pelo inciso II do artigo 10 da Lei nº 11.457/2007 (de Técnicos da Receita Federal em Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil) aos “cargos efetivos, ocupados e vagos, dos servidores de que trata o art. 12 desta Lei redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil até a data da publicação da Medida Provisória nº 440, de 29 de agosto de 2008”** (os servidores de que trata o referido art. 12 são oriundos de diversas carreiras da Secretaria da Receita Previdenciária).

Por sua vez, na ADI 4151, ajuizada em 2008, a Associação Nacional

dos Servidores da Secretaria da Receita Previdenciária – UNASLAF pede que o STF, com fundamento no princípio da isonomia, reconheça inconstitucionalidade por omissão e declare, justamente, a extensão da transformação referida no parágrafo anterior aos cargos técnicos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária (extensão essa que foi conferida no art. 257 da Lei 11.907/2009 – inicialmente vetado e cujo veto foi derrubado em 2021 – contestado pelo Presidente da República na ADI 6966).

O Ministro Relator deferiu medida cautelar na ADI 6966 para suspender essa extensão da transformação de cargos promovida pelo inciso II do artigo 10 da Lei nº 11.457/2007, com redação dada pelo artigo 257 da Lei nº 11.907/2009, com efeito *ex nunc*, **tendo posteriormente reputado válida a extensão apenas quanto ao cargo de Analistas Previdenciários**, em razão da similitude de atribuições e do nível de escolaridade.

No mérito, o voto do Relator foi exarado nos seguintes termos:

“[...] percebo que Analistas Previdenciários e Técnicos da Receita Federal, ambos de nível superior, desempenhavam funções semelhantes nos respectivos órgãos, denotando a proximidade de atribuições.

Transcrevo, a propósito, para efeitos comparativos, as atribuições legais do cargo de Analista Previdenciário – e faço remissão à transcrição, acima, quanto às atribuições dos Técnicos da Receita Federal: [...]

A partir de atenta leitura comparativa, percebo a proximidade de atribuições entre Analistas Previdenciários e Técnicos da Receita Federal no desempenho de atividades técnicas preparatórias e auxiliares da atividade de outro cargo, replicado, diga-se de passagem, em ambas as estruturas administrativas, ou seja, tanto na Secretaria da Receita Federal (Auditor- Fiscal da Receita Federal) quanto na Secretaria da Receita Previdenciária (Auditor-Fiscal da Previdência Social).

Digno de nota que tais cargos, de Auditor-Fiscal, receberam da mesma legislação tratamento equânime, ambos transformados em Auditor-Fiscal da então novel Receita Federal do Brasil.

Tal circunstância ressalta ainda mais o tratamento díspar e anti-isonômico dispensado pela norma aos servidores que,

respectiva e semelhantemente, prestavam suporte técnico aos Auditores-Fiscais nos órgãos anteriores à criação da RFB.

Argumentos no sentido de que a transformação pretendida não teria razão por se tratar de cargos integrantes de carreiras distintas, a meu ver, configuram uma seletiva insurgência quando se analisa a própria transformação procedida pelo inciso I do art. 10 da Lei 11.457/2007 quanto aos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal e de Auditor-Fiscal da Previdência Social. Igualmente originárias de carreiras distintas, tais transformações não experimentaram quaisquer insurgências nestes autos.

[...]

Portanto, não vislumbro razões de ordem administrativa que superem a ofensa à isonomia levada a cabo com o tratamento diferenciado concedido aos Analistas Previdenciários comparativamente aos Técnicos da Receita Federal, quando de sua transformação em Analista-Tributário da estrutura nascente (RFB)".

O Ministro Relator cuidou, também, de **ressaltar a excepcionalidade da situação posta em relação aos analistas previdenciários da Secretaria da Receita Previdenciária**, ao destacar que o caso não se refere ao tradicional entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à incompetência do Legislativo para estender gratificações ou vantagens definidas em lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, aplicável aos demais cargos abrangidos pela ampliação promovida pelo Parlamento à transformação referida no art. 10, II da Lei 11.457/2007:

"No que mais nos importa de momento, asseverou que a medida [derrubada do veto ao art. 257 da Lei nº 11.907/2009] promoveu aumento de despesa prevista em projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Trata-se de raciocínio bastante em si para a configuração da inconstitucionalidade das inclusões promovidas pelo parlamento na tramitação da MP 441/2008, que buscou fazer incidir os efeitos da transformação de cargos prevista na redação original do art. 10, II da Lei 11.457/2007 para outros e variados cargos.

Situação diversa, penso eu, é a do cargo de Analista Previdenciário da Secretaria da Receita Previdenciária, cuja previsão anti-isonômica no trato das transformações de cargo

antecedem à própria tramitação da MP 441, de 2008 (que restou convertida na Lei 11.907/2009). Neste caso, a ofensa constitucional da disciplina legal é original, ou seja, contemporânea à própria edição da Lei 11.457/2007 e independente dos vícios apontados – corretamente, penso eu – na ADI 6966”.

Tenho a mesma compreensão do Ministro Relator. Em sendo a reunião das Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária legítima e justificada como medida de eficiência, modernização e reorganização da administração tributária federal, medida esta de iniciativa do próprio Poder Executivo, a mera assimetria salarial entre Analistas Previdenciários e Técnicos da Receita Federal na estrutura anterior à unificação não é fundamento suficiente a justificar tratamento anti-isonômico, num mesmo órgão, entre carreiras que possuem **as mesmas atribuições originárias**, em caráter complementar a duas outras funções que foram efetivamente unificadas (Auditor-Fiscal da Receita Federal e Auditor-Fiscal da Previdência Social).

Portanto, é de ser julgada parcialmente procedente a ADI 4151 e procedente a ADI 6966, nos termos propostos pelo Ministro Gilmar Mendes, Relator.

Por fim, observo que na assentada de 29/09/2023, o Ministro Relator registrou **readequação de voto** no que se refere à ADI 4616, aderindo aos fundamentos trazidos pela divergência inaugurada pelo Ministro Dias Toffoli e por mim acompanhada na ocasião.

Ante o exposto:

Julgo **parcialmente procedente** o pedido formulado na ADI 4151, no sentido de conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 10, II da Lei 11.457/2007, **de maneira a incluir em seus preceitos e efeitos o cargo de Analista Previdenciário**, na forma proposta pelo Ministro Relator Gilmar Mendes.

Julgo **procedente** o pedido formulado na ADI 6966, acompanhando Sua Excelência o Ministro Relator.

Julgo **totalmente improcedentes** os pedidos formulados na ADI 4616, acompanhando, neste ponto, o Ministro Dias Toffoli e o voto reajustado do Ministro Relator.

É como voto.